

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Folha de Londrina

CLASS. : 117

DATA : 02 02 89

PG. : _____

Comissão de inquérito indicará ladrões de madeira de reserva

CURITIBA (Da sucursal) — O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, que substituiu o IBDF, instaurou ontem uma comissão de inquérito para apurar os responsáveis pela retirada ilegal de madeira da reserva indígena de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná.

A informação foi prestada pelo delegado regional do órgão, Nilto Melquiades. Segundo ele, as investigações na área começaram no ano passado, a partir de denúncias do deputado federal Fábio Feldmann.

“Com a instalação de uma comissão de sindicância, em novembro último, constatamos irregularidades e indícios de retirada de aproximadamente 10 mil metros cúbicos de madeira de uma das glebas da reserva, no período de 1986 a 1988” — informou Melquiades. Acrescentou que o processo foi encaminhado à Presidência do Instituto, que decidiu pela instauração de comissão de inquérito para identificar os responsáveis. A comissão de inquérito, presidida pelo procurador jurídico do órgão, Paulo Fischer, é composta por membros da Delegacia Regional do Paraná e tem prazo de 60 dias para concluir as investigações.

Illegal

Segundo Nilto Melquiades, a retirada de madeira da reserva é ilegal por

se tratar de reserva permanente de mata nativa. O problema ganha proporções maiores porque, conforme apurou a comissão de sindicância, os cortes foram feitos na gleba “B” da reserva, onde existe a maior concentração de mata da região. Na gleba “B” existem aproximadamente 180 mil pés de pinheiro, enquanto nas “A” e “C” existem 2.500 pés” — informou Melquiades.

O delegado do Instituto do Meio Ambiente disse ainda que a gleba “B” é uma área que está em litúgio, com processo correndo na Justiça entre o Grupo Slaviero e a Funai. Na Gleba “A”, de 3.300 hectares vivem índios Guarani e na gleba “C”, de 4.100 hectares, vivem os Cainguanques.

Embora a comissão de sindicância não tenha obtido argumentos para apontar os responsáveis, existem suspeitas de que a retirada de madeira tenha sido feita por serrarias da região. Suspeita-se também que parte do produto retirado estaria sendo encaminhado a serrarias de Santa Catarina.

Essas dúvidas, no entanto, serão elucidadas com a comissão de inquérito. O caso será investigado paralelamente pela Polícia Federal. Ainda conforme lembrou Melquiades, a retirada de mata de reserva Nativa é crime inafiançável, de acordo com a nova Constituição.